

18 SET 2018

FOLHA DE LONDRINA

Juiz pede que delator entregue aparelhos usados para gravar Richa

Mariana Franco Ramos

Reportagem Local

Curitiba - O juiz Fernando Bardelli Silva Fischer, da 13ª Vara Criminal de Curitiba, determinou nessa segunda-feira (17) que o ex-deputado estadual Tony Garcia, delator da Radiopatrulha, entregue em 24 horas os aparelhos que utilizou para gravar conversas anexadas ao acordo de colaboração premiada firmado no âmbito da Operação. O magistrado atendeu a um pedido da defesa do ex-secretário de Estado da Infraestrutura e Logística do Paraná, José Richa Filho, o Pepe Richa, irmão do ex-governador e candidato ao Senado Beto Richa (PSDB).

No despacho, Fischer afirma que os equipamentos de gravação serão alvo de perícia em órgão de criminalística oficial, com o objetivo de verificar a higidez da prova, incluindo análise de padrões de voz, existência de edições e supressões, datas e horários dos diálogos. Ele requer, ainda, que Tony e o Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado), braço do MP (Ministério Público) Estadual, sejam intimados para que esclareçam a forma como obtiveram o material.

O juiz também autorizou o depósito em conta judicial de um cheque de R\$ 971.196,70, emitido por advogados do empresário Celso Frare, dono da Ouro Verde, na última sexta-feira (14), para restituir aos cofres públicos irregularidades por ele praticadas no programa Patrulha do Campo. Por outro lado, Fischer rejeitou pedido de realização de diligências em razão do suposto vazamento de dados sigilosos dos autos. "Não cabe ao Juízo proceder investigações, devendo o interessado comunicar a autoridade policial para que instaure inquérito policial, caso entenda que houve a prática de algum delito", escreveu.

18 SET 2018

FOLHA DE LONDRINA

Joel Malucelli admitiu ter participado de reunião, diz MP

Hafael Costa

Reportagem Local

Um dos 15 investigados pela operação Rádio Patrulha, o empresário Joel Malucelli admitiu ter participado de uma reunião que tratou de propina no programa Patrulha do Campo, mas disse não ter feito pagamentos diretamente, disse o coordenador estadual do Gaeco (Grupo de Atuação Especial Contra o Crime Organizado), Leonir Batisti.

Malucelli foi o último investigado a depor ao MP-PR (Ministério Público do Paraná), nesta segunda-feira (17). A investigação aponta o dono da J. Malucelli Equipamentos S.A. como um dos participantes do esquema de fraude à licitação do programa Patrulha do Campo. Ele teria participado da divisão informal dos lotes com os outros empresários, apesar de não ter vencido a licitação.

Em fala divulgada à imprensa, Batisti disse que Malucelli negou ter participado da licitação, mas contou ter alugado máquinas para Celso Frare, dono da empresa Ouro Verde, apontado nas investigações como um dos idealizadores do esquema.

O procurador de Justiça disse que o próximo passo do Gaeco será a conclusão das denúncias resultantes da investigação.

MP TRABALHA EM RECURSO

O coordenador do Gaeco reafirmou que o MP-PR deve recorrer da decisão do ministro Gilmar Mendes, do STF (Supremo Tribunal Federal), que deu habeas corpus e salvo conduto a todos os investigados presos temporariamente na operação Rádio Patrulha, horas depois de as prisões terem sido convertidas em preventivas pelo juiz Fernando Fischer, da 13ª Vara Criminal de Curitiba. Como ainda não houve notificação da decisão do Supremo, não há prazo para o recurso.

De acordo com Batisti, o MP deve entrar como parte interessada caso o recurso seja promovido pelo MPF (Ministério Público Federal), que tem a prerrogativa de levar o pedido ao STF. O órgão estadual estuda a possibilidade de ingressar ele mesmo com o recurso, que deverá ser assinado pelo procurador-geral de Justiça.

18 SET 2018

FOLHA DE LONDRINA

Coligação aprova pedido de Cida para retirar Richa

Imagens do ex-governador foram excluídas das mídias de campanha da candidata e demais aliados; tucano garante que candidatura é 'irreversível'

Mariana Franco Ramos

Reportagem Local

A coligação "Paraná Decide", encabeçada pela governadora do Estado e postulante à reeleição, Cida Borghetti (PP), informou na noite dessa segunda-feira (17) que aprovou, por maioria, a retirada do nome do candidato ao Senado pelo PSDB, Beto Richa. Conforme a pepista, a determinação foi repassada ao departamento jurídico, para que formalize o pedido junto ao TRE (Tribunal Regional Eleitoral). Além de PP e PSDB, fazem parte da aliança as siglas PTB, DEM, PMN, PMB, PSB e PROS. O prazo para mudança nas chapas, conforme a legislação, se encerrava justamente na segunda.

Procurada pela FOLHA, a assessoria de imprensa do tucano respondeu que não há amparo legal para o pedido e que a candidatura dele é "irreversível". "Richa só pode ser afastado em caso de morte, desistência voluntária ou indeferimento de candidatura.

Nenhuma das hipóteses é real", argumentou, em nota. O ex-governador participou normalmente da propaganda eleitoral gratuita na segunda-feira. "O que aconteceu comigo foi uma violência cujo viés político é muito claro, queriam destruir a minha candidatura. Fomos presos sem sermos ouvidos. Eu fui vítima do Estado policial que alguns querem implantar no País", pronunciou o candidato. Mesmo isolado, também manteve agendado um encontro com prefeitos que o apoiam, marcado para a manhã desta terça-feira.

Na sexta-feira (14), ao deixar o Regimento de Polícia Montada, em Curitiba, onde ficou preso por três dias e meio, ele já havia assegurado que retomaria sua campanha. Suas imagens, contudo, foram excluídas das mídias de campanha da coligação.

De acordo com Cida, porém, as denúncias relativas à Operação Radiopatrulha tornaram a situação "insustentável". "Não

aceito, não admito, não compactuo com nenhum ato de desvio de conduta. Quando assumi o governo do Estado, um dos meus primeiros atos foi a criação da Divisão de Combate à Corrupção", afirmou, em entrevista em Toledo, no Oeste do Estado. A candidata citou o fato de lideranças do PSDB, como o presidente da AL (Assembleia Legislativa), Ademar Traiano, que é vice-presidente estadual da legenda, e o ex-chefe da Casa Civil, Valdir Rossoni, estarem apoiando abertamente seu adversário Ratinho Jr. (PSD) na corrida ao Palácio Iguçu.

A pepista mencionou, ainda, que o próprio Richa "já vinha realizando campanha solo" e que, agora, ele deveria se dedicar à sua defesa. "Não há portanto, razão para que a coligação continue a atender o PSDB, já que sua maioria não apoia Cida, a candidata da coligação", completou.

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Logo depois, ela informou, em nota, que mandou demitir no dia 12 o contador do tucano, Dirceu Pupo Ferreira, do Conselho de Administração da Elejor, companhia de energia com participação da Copel (Companhia Paranaense de Energia). Igualmente citado na Radiopatrolha, Pupo foi destituído na assembleia da empresa, realizada na segunda-feira (17).

Antes de abrir a sessão plenária na Assembleia Legislativa, Ademar Traiano falou que preferia não comentar as declarações de Cida. Segundo o tucano, a decisão de continuar ou não na coligação caberia ao próprio Beto Richa. "E essa decisão de apoiar o Ratinho não é de hoje, é de um ano e meio atrás. Não tem nada a ver com a campanha eleitoral", argumentou. Questionado novamente pela reportagem sobre a posição do partido, respondeu: "não tem decisão nenhuma".

A Radiopatrolha foi desencadeada pelo Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado), braço do MP (Ministério Público) Estadual, com o objetivo de apurar fraudes e pagamentos de propina a agentes políticos por intermédio do Programa Patrulha Rural, executado durante a primeira gestão de Beto Richa. Na última sexta (14), o ministro Gilmar Mendes, do STF (Supremo Tribunal Federal), mandou soltar Richa e outros 13 investigados na Operação. O único que permanece detido é o ex-chefe de gabinete Deonilson Roldo, por ser réu também na Lava Jato.

18 SET 2018

FOLHA DE LONDRINA

LUIZ GERALDO MAZZA

Veto ao Beto

Já eram nítidas as incompatibilidades entre Cida e Beto Richa mesmo antes das denúncias que o levaram, a sua família e equipe à prisão. A liberação de todos pelo ministro Gilmar Mendes do STF não mudou o quadro e ontem pela manhã, em Toledo, alegando ser intolerável o peso das denúncias contra Richa para o conjunto da coligação partidária, a governadora anunciou o veto em análise do caso marcada para 18h30 em Curitiba.

O esforço identitário de Cida se tornou marca dos seus pronunciamentos que se seguiram à posse e em meio às primeiras denúncias da Lava Jato tomou atitudes como a de criar a tal da Divisão contra a Corrupção como sinal menos discreto da ruptura. Isso gerou os primeiros atritos no oficialismo e que se agravaram com o aumento do cerco e as prisões e o esforço para distanciar-se dos malfeitos do antecessor. Antes disso tudo um ato de ruptura para valer: a demissão de cargo na Copel do ex-chefe de gabinete, Deonilson Roldo, por força do seu envolvimento no caso da PR 323 (Francisco Alves-Maringá) com a Odebrecht.

A partir daí todos os esforços para reagregar a coligação resultaram infrutíferos, mas pesou, sobretudo, a migração do tucanato para a candidatura de Ratinho Júnior no exercício primário do oportunismo, assim que ficou expressa boa vantagem do candidato nas pesquisas. Quanto à retirada de Beto, o ex-governador reage e alega que sua candidatura ao Senado é irreversível.

Gaeco reage

A rotina do Gaeco ontem mudou radicalmente: enquanto os operacionais desenvolviam as suas atividades, especialistas se debruçavam no exame da decisão do ministro Gilmar Mendes que liberava os acusados do processo da Patrulha Rural e que vinha com o timbre de que reverteria qualquer nova medida de força contra o acusados. Eles discordam do direcionamento do pedido de liberdade diretamente a aquele ministro e na perspectiva, alegada pela defesa, que teria ocorrido nas detenções uma burla expressa à decisão da Corte em torno da "condução coercitiva". Argumentação técnica e doutrinária, com referência a julgados, visava restabelecer as condições indispensáveis à prisão dos denunciados.

Desde a liberação dos acusados houve nova carga de denúncias, detalhando por exemplo como funcionava o esquema imobiliário, inclusive com acusação de que o contabilista da família se empenhava na destruição de provas, do que há gravações.

A ideia era provocar a questão no próprio STF, onde é comum que as decisões monocráticas perdurem por longo tempo em 80% dos casos, enquanto se desenvolviam outras acusações dentre as decorrentes da delação do empresário Tony Garcia que voltou à carga com duas horas de declarações contra o ex-governador na "Gazeta do Povo".

18 SET 2018

O contraditório

Medidas como as que Gilmar Mendes adota como julgador - caso do transportador Barata entre outros - gera discussão, mas não deixa de constituir-se num foco de resistência a possíveis transbordamentos como os da Lava Jato. Acaba numa postura militante e que não significa outra coisa se não um contraditório interno que dificulta o fluxo judicial, mas pode impor, em consequência, um elemento de equilíbrio e ponderação. O mesmo se pode dizer de saídas como a do Conselho Nacional do Ministério Público, através de sua Corregedoria, tentando um breque no "timing" das pautas em políticos em campanha.

A situação anterior da Lava Jato era de tal ordem que suas ações punitivas se davam sem sinal de contestação e tanto que, graças a isso, montaram o acervo com as prisões prolongadas de políticos e empresários (no meio delas veio a advertências de que esses procedimentos tinham um encontro com o STF no alerta de Gilmar Mendes) como o de Marcelo Odebrecht e tantos outros.

Num país habituado à impunidade foi um choque e, por isso, as resistências a possíveis exageros do ciclo punitivista demoraram para aflorar, mas agora estão aí como se estivessemos no segundo tempo do jogo contra a corrupção e a impunidade.

FOLHA DE LONDRINA

Toffoli diz que não irá pautar ação sobre aborto

Amanda Pupo e
Rafael Moraes Moura

Agência Estado

18 SET 2018

Brasília - O novo presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), ministro Dias Toffoli, informou nesta segunda-feira (17) que não irá pautar para este ano a ação que trata da descriminalização do aborto até o terceiro mês de gestação. Toffoli ressaltou que cabe ao Congresso Nacional enfrentar esse “tipo de tema”, considerado pelo ministro como “polêmico”. A questão está posta no STF por meio de uma ação apresentada pelo PSOL, relatada pela ministra Rosa Weber.

“Esse é um outro caso polêmico, eu já disse que casos polêmicos eu não vou pautar este ano. A não ser que haja um consenso de todos os colegas para levar a julgamento”, respondeu Toffoli.

Indagado sobre um cenário em que o Congresso “demore” a discutir a questão, o presidente reafirmou que o tema não deve ser examinado unicamente pela Suprema Corte. Disse ter o mesmo entendimento sobre o julgamento da descriminalização do porte de drogas para consumo próprio, que tem pedido de vista (mais tempo de análise) desde 2015.

O pedido de vista foi feito pelo ministro Teori Zavascki, morto em acidente aéreo no ano passado, e “herdado” por Alexandre de Moraes, que ainda não liberou o caso para julgamento. Para Toffoli, é preciso debater as questões em conjunto com o Congresso, uma vez que são temas que demandam a implantação de políticas públicas.

A ressocialização dos presos pelo trabalho

A ressocialização por meio do trabalho ganhou um forte aliado. Uma portaria publicada no dia 14 de setembro, no Diário Oficial da União, determina que empresas contratadas pela administração pública são obrigadas a utilizar a mão de obra de detentos e ex-detentos em contratos com valor anual acima de R\$ 330 mil. Dependendo do gasto do governo, a cota para egressos e presidiários varia de 3% a 6% do pessoal.

Em Londrina, a nova portaria ainda Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização já sugere a contratação de apenados. O contato mais recente do serviço de limpeza e varrição pede a contratação de 17 detentos do regime semiaberto. Os presos que trabalham recebem menos do que um salário mínimo e a contratação deles não implica em pagamento de encargos trabalhistas por parte do órgão público beneficiado pela mão de obra. O regime de trabalho dos presos é definido pela Lei de

Execuções Penais e a vantagem é a remição de um dia de pena a cada três trabalhos.

Reportagem da FOLHA desta terça-feira (18) traz entrevistas com homens que cumprem pena no regime semiaberto, em Londrina. O preconceito é uma barreira enfrentada pelos ex-detentos, que buscam o mercado de trabalho. Se a busca por um emprego está difícil para muitos brasileiros, para quem acabou de sair da cadeia, a situação é mais dramática. Muitas vezes, a discriminação

66

Se a busca por um emprego está difícil para muitos brasileiros, para quem acabou de sair da cadeia, a situação é mais dramática

acaba por ajudar a levar o indivíduo novamente para o crime e, conseqüentemente, para a prisão. Sendo bem aplicada, a nova lei terá potencial de transformar a realidade de quem deixa a prisão sonhando em mudar de vida, além de auxiliar a reduzir o número de reincidentes. É claro que, para alcançar os resultados positivos esperados, as empresas contratadas pela administração pública precisam tratar os funcionários presos como os outros colaboradores, sem discriminação, fornecendo a remuneração e os benefícios assegurados pela lei. A médio e longo prazo, ainda significa diminuir a superlotação dos presídios e as circunstâncias degradantes e violentas que ocorrem em decorrência dessa situação.

18 SET 2018

FOLHA DE S. PAULO

Delator era amigo de Richa e compara tucano a Sérgio Cabral

Estelita Hass Carazzai

CURITIBA Antes de delatar figuras-chave da política paranaense e virar peça central na investigação que levou à prisão do ex-governador Beto Richa (PSDB), Antonio Celso Garcia, empresário e ex-deputado, teve seus dias de cárcere.

Acusado de liderar um esquema criminoso que desviou R\$ 40 milhões num consórcio financeiro, Tony Garcia, como é conhecido, foi preso em novembro de 2004 pela Polícia Federal, suspeito de interferir na investigação.

Mas a captura foi incomum: Garcia se escondeu no quintal do condomínio onde morava —segundo noticiaram alguns jornais da época, numa casinha de bonecas.

“Papo furado, nem tinha casa de boneca. Isso tudo é lenda para destruir minha imagem”, afirmou Garcia à Folha, dizendo ter se escondido porque pensou que se tratasse de um sequestro. “A lenda é uma coisa, a verdade é outra.”

Amigo de juventude de Richa, com quem compartilhava a paixão por carros e corrida de kart, o ex-deputado estadual de 65 anos se tornou o centro da investigação que prendeu temporariamente o ex-governador e outras 14 pessoas na semana passada, sob suspeita de fraude à licitação e desvio de dinheiro público.

A delação de Garcia é o cerne do inquérito do Ministério Público do Estado. Foi homologada pela Justiça em 15 de agosto, cerca de quatro meses depois de o delator ter procurado os promotores — com gravações de fatos ocorridos cinco anos antes.

Seu advogado, Luiz Carlos Soares da Silva Junior, diz que a opção foi feita em função de outras pendências de Garcia na Justiça: ele já havia feito uma delação antes, homologada pelo juiz federal Sergio Moro, mas que não foi reconhecida pela Justiça Estadual.

Respondia a processos sob acusação de desvio de dinheiro público quando deputado e tentava aproveitar o antigo acordo, mas perdeu os recursos no fim do ano passado. Foi quando decidiu procurar o Ministério Público novamente. “Não adianta procurar a esfera estadual [para denunciar um governador com foro privilegiado]. Você só vai se desgastar e não vai conseguir nada”, disse Garcia, ao justificar o momento em que decidiu apresentar provas à Justiça.

A condição para um novo acordo foi que Garcia trouxesse novas informações.

O ex-deputado era uma espécie de interlocutor informal do setor privado durante o primeiro mandato de Richa (2011-2014). Levava empresários para negociar contratos e doações de campanha (inclusive por fora) a secretários estaduais e ao próprio Richa, segundo ele. Mas nega a pecha de lobista e diz que o fazia para ajudar o amigo.

Num domingo de 2013, ao levar o tucano para passear num carro esportivo, ele gravou uma conversa em que o ex-governador fala de um “tico-tico” pago a um fornecedor do estado e diz que é preciso “ir pra cima” para que o empresário pague a parte dele.

Garcia também gravou conversas com empresários, que acertam a divisão de uma licitação e os repasses a serem

feitos por fora, supostamente para a campanha do governador. Levantou suspeitas sobre o patrimônio da família Richa, citando permutas imobiliárias que teriam repasses por fora. Disse até que entregou dinheiro pessoalmente a Richa.

“Isso é só o começo. Vai ser tipo Sérgio Cabral”, disse à Folha, em referência ao esquema na gestão do ex-governador do Rio. “O principal beneficiado era ele [Richa].”

A defesa do ex-governador nega todas as suspeitas. Ao sair da prisão, na madrugada de sábado (15), Richa foi enfático: “A história de vida [de Garcia] não demonstra nenhuma credibilidade. Ao contrário”, declarou. “Vale a palavra dele ou a minha palavra?”

O ex-deputado, que já foi candidato ao Senado e à Prefeitura de Curitiba, foi acusado de ser o verdadeiro controlador de um consórcio acusado de fraude financeira.

Moro, que condenou Garcia no caso em 2006, afirmou em despacho recente que o ex-deputado é “pouco digno de crédito”.

O advogado Silva Junior diz que as provas apresentadas no recente acordo são robustas.

Para Garcia, Richa o usou para fazer conexões e arrecadar dinheiro, e, depois, “virou as costas”. Aliados do tucano o acusam de chantagem.

“Ele me negligenciou, e eu pressionei”, disse o ex-deputado à **Folha**. “Você pode até entender como chantagem, mas olhe a minha situação: ele me deixou mal com gente que tinha ajudado na campanha. Você acredita em almoço grátis na política? Eu estava sendo ameaçado.”

CONTINUA

18 SET 2018

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Richa afirmou que irá responder às suspeitas “sem a menor dificuldade”, e sua defesa acusou a investigação de “oportunismo”.

A operação foi alvo de críticas, por ocorrer em período eleitoral. Richa, libertado no sábado (15) por decisão do STF, é candidato ao Senado, e ocupava o segundo lugar nas pesquisas quando foi detido.

18 SET 2018

FOLHA DE S. PAULO

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS

Advogado, professor emérito da Universidade Mackenzie, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e da Escola Superior de Guerra

Os 30 anos da Constituição Federal

Carta acertou ao fixar independência entre Poderes

A sétima Constituição Brasileira comemora 30 anos no próximo dia 5 de outubro. Resultado de uma convocação (que muitos entenderam que teria a conformação de uma Constituinte originária) pela EC 26/86, foi instalada em começos de 1987 sob a presidência do ministro Moreira Alves, que esteve à frente da eleição para presidente dos trabalhos, caindo a indicação sobre o deputado Ulisses Guimarães. Foi nomeado relator o senador Bernardo Cabral, que venceu a disputa com o então senador Fernando Henrique Cardoso na eleição para a relatoria.

Para mim, foi um poder constituído derivado, pois convocado por um poder constituído. Constituições originárias decorrem da ruptura da ordem pública anterior, visto que um poder constituído não pode convocar um poder constituinte originário que, de rigor, seria dele derivado.

Após audiências públicas com especialistas, por aproximadamente três meses, as oito comissões e 24 subcomissões apresentaram suas conclusões, que foram encaminhadas à Comissão de Sistematização.

Esta, ao alterar, na tentativa de har-

monização, as soluções propostas, a fim de garantir sua aprovação, criou um sistema de votação que dificilmente seria derrubado em plenário, o que levou o deputado Roberto Cardoso Alves a criar um grupo, que denominou de “centrão”, levando 80% dos constituintes a poderem opinar plenamente e votar sem restrições — alterando, em muitos pontos, a imposição da comissão de sistematização. No mais importante deles, trocou o sistema parlamentar de governo, proposto originalmente, pelo presidencial.

Por decorrência, a Lei Suprema conformou o resultado de uma série de acordos de grupos de parlamentares, a que Ulisses Guimarães deu o título de “Constituição Cidadã”, com direito a um “prefácio constitucional”. O texto final, em face dessas negociações das diversas correntes políticas, tornou-se adiposo, com um elenco considerável de dispositivos sem nenhuma densidade constitucional, como aquele do artigo 242, § 2º, que impunha a manutenção do Colégio Pedro 2º, no Rio de Janeiro, na órbita federal.

Teve, todavia, méritos como: exigir a harmonia e independência dos

Poderes (artigo 2º) e multiplicar o elenco dos direitos e garantias individuais (artigo 5º).

Em respeito ao artigo 2º, determinou que ao Poder Judiciário caberia apenas desempenhar o papel de legislador negativo, atribuindo ao Supremo Tribunal Federal (STF) a incumbência de ser “guardião da Constituição” (artigo 102), não podendo legislar.

Em sendo o Congresso Nacional omissivo na elaboração de leis destinadas a dar efetividade à Constituição, previu caber ao STF declarar a inconstitucionalidade da omissão e instar o Parlamento, mediante comunicação, a elaborar a lei necessária (artigo 103, § 2º).

Ademais, autorizou o Congresso Nacional a não cumprir decisões do Poder Judiciário ou do Poder Executivo que invadissem sua competência normativa (artigo 49, inciso XI) e outorgou às Forças Armadas a obrigação de repor a lei e a ordem, se qualquer um dos Poderes, em conflito com o outro, delas se socorrer, como poder moderador.

Infelizmente, nada obstante a inquestionável qualidade dos ministros da Suprema Corte, têm eles invadido as competências dos Poderes Legislativo e Executivo, legislando e tomando decisões administrativas, sem reação dos respectivos titulares, acuados que estão seus membros por denúncias e investigações.

Os mecanismos constitucionais de freios e contrapesos estão postos na Carta Magna, faltando apenas que os três Poderes os respeitem e que, no Estado democrático de Direito (artigo 1º), se comportem com harmonia e independência, não cabendo a nenhum deles invadir competências dos outros.

18 SET 2018

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

SANDUBA O STJ (Superior Tribunal de Justiça) julga ação de um cliente do McDonald's que foi assaltado no drive-thru e pediu indenização da rede de lanchonetes. Ele já obteve decisão favorável na primeira instância, que determinou que a empresa de fast food pague R\$ 14 mil.

SORRIA O aplicativo 99 instalará câmeras de monitoramento nos carros usados por motoristas cadastrados no serviço. Uma primeira leva de dez veículos que operam na capital paulista receberá o equipamento nesta terça (18), para testes.

FILMADO O objetivo, segundo a empresa, é oferecer segurança aos passageiros. A câmera será conectada a uma central de vigilância da 99, que processará os dados em tempo real e armazenará as imagens, que poderão ser fornecidas a autoridades mediante ordem judicial.

SELO Os automóveis equipados com câmeras terão adesivos informando o usuário.

PAINEL DO LEITOR

Ensino domiciliar

O Supremo tem mostrado um conservadorismo que está enraizado na sociedade brasileira ("O direito de não ir à escola", de Hélio Schwartzman, Opinião, 16/9). Decisões como essa têm nitidamente um componente conservador e ultrapassado.

Mário Luiz Casaverde Sampaio

(Belo Horizonte, MG)

TIPOTEIO

66 Fui corregedor da Justiça Eleitoral e posso garantir: não há risco de manipulação nem vulnerabilidade nas urnas

De Cesar Asfor Rocha, ministro aposentado do STJ e ex-corregedor-geral do TSE, sobre as suspeitas infundadas de fraude na eleição

18 SET 2018

O ESTADO DE S. PAULO

Governadora pede que Richa deixe a eleição

Candidata à reeleição pelo PP, Cida Borghetti diz que 'não compactua com desvio de conduta'

Katna Baran / CURITIBA

A governadora do Paraná, Cida Borghetti, candidata à reeleição pelo PP, solicitou ontem à coligação a retirada da candidatura do ex-governador Beto Richa (PSDB) ao Senado. Aliados dão como insustentável a situação do tucano após sua prisão, terça-feira passada, sob suspeita de comandar um esquema de desvios em um dos programas da sua gestão, o Patrulha do Campo.

“Estou solicitando aos partidos da coligação a retirada da indicação de Beto Richa ao Senado, para que ele possa se dedicar à sua defesa”, disse a governadora durante evento de campanha em Toledo, interior do Estado. “Não aceito, não admito, não compactuo com nenhum ato de desvio de conduta”, afirmou Cida, que era vice de Richa e assumiu o governo quando ele renunciou, em abril, para se candidatar ao Senado.

A coligação Paraná Decide aprovou, por maioria, o pedido, que será enviado ao Tribunal Regional Eleitoral. A determinação foi repassada ao departamento jurídico para que formalize o pedido ao TRE. Para Cida e aliados, mesmo solto três dias depois, “não há reversão” sobre a imagem da prisão do tucano.

Apesar do pedido, a legislação estabelece que somente Richa pode desistir de sua postulação, já que seu nome foi referendado da convenção partidária e

• **'Retirada'**

“Estou solicitando aos partidos da coligação a retirada da indicação de Beto Richa ao Senado, para que ele possa se dedicar à defesa. Não aceito, não compactuo com nenhum ato de desvio de conduta.”

Cida Borghetti (PP)

GOVERNADORA DO PARANÁ

homologado na Justiça Eleitoral. Ao deixar a prisão, na madrugada de sábado, o ex-governador do Paraná afirmou que retomaria a campanha ao Senado. Por meio de sua assessoria, o tucano declarou que “a candidatura é irreversível”.

O **Estado** apurou, no entanto, que a campanha dele está desmobilizada, incluindo escritórios e apoiadores, principalmente prefeitos. Deputados estão, inclusive, excluindo o nome e o número de Richa dos materiais de campanha. Na sexta-feira passada, o programa eleitoral da coligação no rádio e na TV foi totalmente preenchido pelo deputado Alex Canziani (PTB). “A candidatura dele está destruída. Se o objetivo era destruir a candidatura, foi atingido, porque ele estava com uma eleição assegurada”, disse um integrante da coligação.

CONTINUA

18 SET 2018

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

CIDA BORGHETTI

Cida Borghetti (PR), governadora do Paraná

'Acho desconfortável dividir palanque com ele'

CURITIBA

● **A sra. diz que não se sente mais confortável em apoiar a candidatura de Beto Richa ao Senado. O que está sendo feito em relação a isso?**

É uma decisão do candidato e do partido dele. Pedi à coordenação de campanha que reunisse os partidos coligados para que pudessem trocar uma ideia sobre a situação, mas a decisão é do próprio candidato.

● **A sra. não dividiria mais seu palanque com ele?**

Não tenho conhecimento de que sua campanha tenha feito qualquer manifestação (*de apoio*). Ele não fez um palanque ainda. É a campanha dele, ele tem autonomia de fazer campanha solo.

● **Mas em vários eventos vocês estavam juntos.**

Antes do ocorrido (*prisão*). É lamentável o que aconteceu. É uma situação delicada. Ele tem o direito da defesa, e a decisão vai ser tomada por ele.

● **Richa declarou que vai retomar a campanha ao Senado.**

Ele já vinha fazendo campanha solo, como candidato avulso. Seu coordenador de prefeitos, prefeito Cesar Filho (PPS), de Guarapuava, é o coordenador de Ratinho Jr. A candidatura é um direito individual.

● **A sra. não se sente desconfortável com a operação?**

Quando esses fatos ocorreram, eu estava deputada federal, não era vice-governadora. Não estou sendo investigada. Acho bastante desconfortável para todos compartilhar o mesmo palanque (*com Richa*) daqui para frente.

● **Como vice, qual era seu poder de influência no governo?**

Meu poder de influência foi zero. Não fui nunca consultada para nomeação de assessores comissionados e secretários, nunca me sentei à mesa de reuniões. Não tinha pasta ou local à mesa de decisão. /K.B.

18 SET 2018

O ESTADO DE S. PAULO

Segurança jurídica

Na entrevista que concedeu ao Estado, publicada neste domingo, o novo presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro João Otávio Noronha, tocou numa importante questão jurídica e política. Trata-se da falta de previsibilidade das decisões dos tribunais superiores, uma vez que seus ministros cada vez mais tendem a buscar soluções jurídicas inovadoras para os litígios que têm de julgar, valendo-se muitas vezes de casos concretos para alargar as fronteiras de sua autoridade, o que acaba impedindo a pacificação de determinados temas e, por consequência, inviabilizando a formação de uma jurisprudência uniforme e objetiva para todos os tribunais.

A questão apontada pelo novo presidente do STJ, que é a segunda Corte mais importante do País, envolve a possibilidade de o Supremo Tribunal Federal (STF) mudar de entendimento sobre a prisão após condenação criminal em segunda instância. Até 2009, o STF entendia que a execução da pena só deveria ocorrer após a análise do último recurso possível. O problema desse entendimento é que ele permite aos condenados com disponibilidade de recursos financeiros contratar bons advogados, que não hesitam em impetrar todos os recursos previstos pela legislação até o crime prescrever. Como muitos desses condenados não cumprem um único dia de

pena e a prescrição acaba com a possibilidade de sofrerem qualquer sanção, essa artimanha desmoraliza a Justiça.

Por isso, em 2016 o STF mudou de entendimento e decidiu que um réu condenado por órgão colegiado em segunda instância poderia cumprir imediatamente a pena. A decisão foi tomada no julgamento de um habeas corpus que, em princípio, valeria apenas para aquele caso específico. Com base nela, contudo, muitos juízes e desembargadores passaram a expedir mandados de prisão para casos idênticos. Com a condenação – e posterior prisão – do ex-presidente Lula pelo Tribunal Regional Federal da 4.^a Região, o STF passou a ser pressionado a voltar atrás. E, ao retomar a discussão em abril deste ano, pela diferença de apenas um voto, manteve o entendimento firmado em 2016.

Foram os novos recursos impetrados no Supremo pelos advogados de Lula, com o objetivo de continuar pressionando a Corte a mudar de entendimento, que levaram o ministro João Otávio Noronha a afirmar que não faz sentido o Judiciário alterar suas posições conforme o perfil político de cada condenado. “O STF já definiu essa matéria, que está decidida. O tema da possibilidade de prisão de réu condenado em segunda instância já está pacificado. A jurisprudência já foi formada e não se pode mudar isso todo o mês. Não vejo elementos novos que justifiquem qual-

quer mudança de entendimento. Ministros podem eventualmente voltar atrás, mas o plenário não o fará jamais. A Justiça não é lugar de heróis ou de vilões. É lugar de juízes técnicos, que têm compromisso com a ordem jurídica”, disse o novo presidente do Superior Tribunal de Justiça.

Objetiva, precisa e oportuna, a fala do ministro João Otávio Noronha recoloca na agenda a responsabilidade dos tribunais superiores no zelo e na garantia da segurança do direito. Em países com instituições de direito consolidadas, as mudanças na jurisprudência costumam ser feitas pelos tribunais superiores em ciclos longos, a cada duas ou três gerações de magistrados em média, justamente para assegurar a estabilidade nas relações sociais e não disseminar incerteza jurídica.

Por maiores que sejam as divergências que os magistrados dessas cortes possam ter no plano doutrinário, eles têm senso de responsabilidade institucional. Por isso, privilegiavam a chamada previsibilidade das expectativas propiciadas pelos precedentes e pela jurisprudência. Sabem que, se a mudassem de modo açodado e descuidado, por razões de conjuntura política, levariam os direitos dos cidadãos a serem decididos de modo aleatório, como numa loteria. O mérito do novo presidente do STJ foi chamar a atenção para estes pontos, que são fundamentais para o Estado de Direito e para a democracia.

O ESTADO DE S. PAULO

'Urnas são totalmente confiáveis', diz Toffoli

18 SET 2018

Presidente do Supremo rebate Bolsonaro, que levantou suspeitas sobre equipamento

Rafael Moraes Moura
Amanda Pupo /BRASÍLIA

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, rebateu ontem as declarações do candidato do PSL à Presidência da República, Jair Bolsonaro, que apontou nas redes sociais a "possibilidade de fraude" nas próximas eleições. Para Toffoli, que presidiu o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) durante a campanha de 2014, as urnas eletrônicas são "totalmente confiáveis".

"Os sistemas são abertos a auditoria para todos os partidos políticos seis meses antes da eleição, também para o Ministério Público e para a OAB", comentou Toffoli durante café da manhã no edifício-sede do Supremo com repórteres que cobrem o Poder Judiciário.

"Me orgulho disso porque quando estive à frente do TSE estabeleci uma série de intercâmbios. Isso é importante para acabar com determinadas lendas que possam surgir. Tem gente que acredita em saci-pererê", completou Toffoli, citando personagem do folclore nacional.

Ontem, o general Hamilton Mourão (PRTB), candidato a vice na chapa de Bolsonaro, amenizou a fala do presidencialista.

Mourão afirmou que é preciso "relevar" as últimas declarações do capitão reformado. Segundo Mourão, os comentários de Bolsonaro foram feitos por um homem que "praticamente morreu". "Vocês têm que relevar um homem que quase morreu há uma semana, fez duas cirurgias", disse o general a jornalistas, após participar de um evento em São Paulo.

Mourão afirmou ainda que é preciso respeitar o resultado das urnas. "Minha posição é essa, vamos jogar e vencer no primeiro turno. Quem vencer, venceu. Só tenho pena do Brasil se o PT vencer", complementou.

Em transmissão ao vivo no domingo, Bolsonaro disse que as eleições de outubro podem resultar em uma "fraude" por causa da ausência do voto impresso. "A grande preocupação realmente não é perder no voto, é perder na fraude. Então essa possibilidade de fraude no segundo turno, talvez até no primeiro, é concreta", declarou Bolsonaro, que lidera as pesquisas de intenção de voto para o primeiro turno e vê risco de derrota em cenários de segundo turno.

2014. Ao falar das eleições presidenciais de 2014, Toffoli lembrou que o então candidato do PSDB à Presidência, Aécio Neves, pediu uma auditoria nas urnas após ser derrotado por uma pequena margem de votos para

● Auditoria

"Os sistemas (das urnas eletrônicas) são abertos a auditoria para todos os partidos políticos seis meses antes da eleição, também para o Ministério Público e para a OAB."

Dias Toffoli

PRESIDENTE DO STF

Dilma Rousseff (PT). "Geralmente os que perdem a eleição reclamam. O então senador Aécio Neves perdeu a eleição porque não teve votos em Minas Gerais. Por que as urnas estariam dando votos para ele em São Paulo, e não em Minas Gerais, se o sistema era o mesmo? Não tem absolutamente sentido", comentou.

Toffoli ainda destacou que Bolsonaro "sempre foi eleito através da urna eletrônica". O candidato cumpre atualmente seu sétimo mandato como deputado federal. As urnas eletrônicas foram implementadas no País nas eleições municipais em 1996 – Bolsonaro foi eleito deputado federal pela primeira vez em 1992.

A fala de Bolsonaro também foi contestada por ministros do TSE ouvidos reservadamente pela reportagem. Um integrante da Corte destacou que "evidentemente" a urna é segura e observou que Bolsonaro já se elegeu várias vezes com base em votos computados no sistema.

'Infeliz'. Um segundo ministro da Corte Eleitoral acredita que a lisura do pleito já é bem reconhecida por todos e considerou a declaração de Bolsonaro "infeliz, mas nada além disso". Para um terceiro integrante, não há razões objetivas para as alegações do candidato. Procurada pela reportagem, a assessoria do TSE não havia se manifestado oficialmente até conclusão desta edição. Em junho deste ano, por 8 a 2, o Supremo derrubou a adoção do voto impresso nas próximas eleições. / COLABORARAM,

MARCELO OSAKABE, GILBERTO AMENDOLA e AUGUSTO DECKER

18 SET 2018

O ESTADO DE S. PAULO

Decisão de Barroso veda benefício para condenados por corrupção

Outros três pontos de decisão impedem que o indulto seja concedido a Lula, condenado e preso na Lava Jato

Mesmo que fosse o desejo de um novo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, preso e condenado a 12 anos e 1 mês de prisão na Lava Jato, tem o caminho para receber um indulto atualmente impedido por quatro pontos de uma decisão do ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF). Em março, Barroso tornou sem efeito quatro pontos do decreto de indulto de Natal assinado pelo presidente Michel Temer, em 2017.

A decisão de Barroso é liminar e precisa ser referendada pelo plenário do Supremo. Neste caso, o colegiado decidirá sobre o mérito da questão. Para tanto, a questão deve ser pautada pelo presidente do STF, Dias Toffoli. O primeiro ponto que afeta Lula é que Barroso proibiu o indulto para condenados por corrupção e lavagem de dinheiro, delitos pelos quais Lula foi condenado. Além disso, Barroso exigiu que o instituto só seja concedido a presos que cumpriram um terço da pena – o que só deve ocorrer com Lula em maio de 2021. Também limitou a concessão do benefício a quem tem pena inferior a 8 anos de prisão e vedou o benefício para quem ainda tem recurso pendente – o de Lula ainda não foi julgado pelo Superior Tribunal de Justiça.

Mesmo que o decreto assinado por Temer estivesse em vigor, ainda assim Lula só poderia receber o indulto em setembro

de 2020, quando completaria um quinto da pena pelo caso do triplex. O cálculo tem outra variável: o ex-presidente responde a outros processos que podem aumentar a condenação total. Ele seria reincidente, o que deixaria o benefício mais distante.

“Mesmo que Temer faça um novo decreto, ele estaria suspenso pela liminar do Barroso”, disse um juiz, que participou da redação do projeto que vedava o indulto a corruptos. Além do indulto, outra possibilidade vedada seria a graça. No caso, o decreto se destinaria só a Lula, ao contrário do indulto, que é coletivo. A graça é medida humanitária prevista na Constituição e uma atribuição do presidente. “O que não se pode dar coletivamente, não se pode dar individualmente.” / MARCELO GODDY

METRO 18 SET 2018

Cida vai ao TRE contra candidatura de Richa

Rádio Patrulha. Candidata ao governo pediu e coligação, por maioria, fará o pedido de afastamento do tucano. Ele garante que sua candidatura é 'irreversível'. Livre da prisão, tucano usou propaganda eleitoral para se defender

**ELEIÇÕES
2018**

A candidata ao governo do estado Cida Borghetti (PP) fez aprovar ontem em sua coligação um pedido para o afastamento do ex-governador Beto Richa (PSDB) da sua chapa. Agora a manifestação conjunta está em posse dos advogados dos partidos, que vão formalizar o pedido ao TRE-PR (Tribunal Regional Eleitoral do Paraná). Investigado na operação Rádio Patrulha, Richa foi preso junto com 14 pessoas na última terça, e solto no sábado.

Em entrevista coletiva ontem em Toledo, região Oeste do Paraná, Cida disse: "Neste momento a decisão é pessoal, mas eu estou solicitando à coligação e aos partidos aliados para que ele possa refletir e retirar a sua candidatura". Ela argumentou ainda que a saída da disputa preservaria a família de Richa.

Ontem, através da sua assessoria, o ex-governador afirmou que só cabe a ele sair ou não disputa, que a sua posição é "irreversível", e que



Rompimento entre Cida e Richa foi confirmado ontem | DIVULGAÇÃO

ele vai se manter em busca de uma das duas vagas abertas ao Senado neste ano.

Racha

O posicionamento de Cida mostra que o grupo político que governou o estado nos últimos anos, que já vinha com problemas, agora rachou em definitivo. Os principais líderes do PSDB, como o deputado estadual Ademar Traiano, vice-presidente do partido, o ex-chefe da Casa

Civil, deputado federal Valdir Rossoni, e o ex-deputado federal e ex-chefe da Casa Civil, Cesar Silvestre, já estão fora do grupo da governadora e apoiando abertamente o candidato ao governo adversário, Ratinho Jr (PSD).

Ato não confirmado

Pela manhã de ontem circulou um convite para um suposto encontro de apoio a Richa, para o qual estariam sendo chamados prefeitos

"Se os partidos entenderem, e ele também, eu acho que é o melhor caminho para todos."

CIDA BORGHETTI (PP), CANDIDATA AO GOVERNO, SOBRE A POSSÍVEL RETIRADA DE CANDIDATURA DE RICHÁ

de todos o estado a virem para Curitiba. Pela tarde, no entanto, a assessoria do ex-governador não confirmou se a reunião vai de fato acontecer.

Propaganda eleitoral

Candidato ao Senado pelo PTB, Alex Canziani ocupou todo o tempo da coligação enquanto Richa esteve preso. Ontem, no entanto, a juíza Graciane Lemos atendeu a um pedido do tucano garantido que ele volte a ocupar o tempo reservado para a coligação.

Richa voltou a ocupar seu espaço durante a propaganda do horário noturno, em que apresentou uma peça se defendendo.

● METRO CURITIBA

18 SET 2018

METRO

Procurador geral do PR vai recorrer

Ontem o coordenador do Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado), Leonir Batisti, adiantou que o procurador geral do Ministério Público do Paraná, Ivonei Sfoggia, é quem deve assinar um recurso contra a decisão do ministro do STF (Supremo Tribunal Federal), Gilmar Mendes, que libertou os 15 investigados da operação Rádio Patrulha. "Isso mostra a posição do MP do Estado", disse Batisti.

Ontem o empresário Joel Malucelli foi o último dos 15 a prestar depoimento. Durante cerca de uma hora ele disse que locou máquinas de sua empresa para a Ouro Verde, mas negou qualquer pagamento de propina.

 METRO CURITIBA

METRO 18 SET 2018

TOFFOLI REBATE BOLSONARO SOBRE URNA

Recém-empossado presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), o ministro Dias Toffoli rebateu ontem insinuações do presidente Jair Bolsonaro (PSL) de que haveria fraude nas urnas eletrônicas.

"A respeito disso, eu digo apenas que ele [Bolsonaro] sempre foi eleito usando a urna eletrônica", afirmou Toffoli em entrevista coletiva, quando questionado sobre as declarações do deputado.

O candidato, que está hospitalizado desde que levou

uma facada em Juiz de Fora (MG), no dia 6, questionou o sistema eleitoral durante um vídeo de 18 minutos transmitido em suas redes sociais, após ter recebido alta da UTI no último domingo.

"A grande preocupação não é perder no voto, é perder na fraude. Então, essa possibilidade de fraude no segundo turno, talvez até no primeiro, é concreta", disse Bolsonaro. "Pode ser que em 2018 não apenas tenhamos o voto fraudado para Presidente, mas também para Depu-

tado Federal", disse. Ele reclamava da derrubada de uma PEC (Proposta de Emenda Constitucional) que previa a emissão de um recibo impresso do voto. "O PT descobriu o caminho para o poder: o voto eletrônico", afirmou.

A urna eletrônica "é 100% confiável", segundo Toffoli. "Os sistemas são abertos a auditoria para todos os partidos políticos seis meses antes da eleição, para todos os candidatos e para a Ordem dos Advogados do Brasil", declarou. **METRO BRASÍLIA**

TRE. Candidatura de Dilma é confirmada por 4 votos a 3

Faltando pouco menos de um mês para as eleições, a ex-presidente Dilma Rousseff (PT) teve a sua candidatura ao Senado deferida ontem pelo TRE-MG (Tribunal Regional Eleitoral). A aprovação da petista se deu com o voto de minerva do presidente da corte, desembargador Pedro Bernardes, fechando o placar em 4 a 3 a favor da petista.

Ao todo, foram dez ações de impugnação contra Dilma. Os pedidos foram movidos pelo partido Novo e por alguns candidatos Brasil afora, como a candidata a deputada federal pelo Rio de Janeiro, Danielle Cunha (MDB), filha do ex-deputado Eduardo Cunha (MDB), preso na Operação Lava Jato.

Nos pedidos, o argumento era de que, por conta do impeachment sofrido em 2016, a petista deveria ser considerada inelegível por 8 anos. Na ocasião, apesar de ter perdido o mandato, o Senado manteve seus direitos políticos.

Em seu voto, o desembargador Pedro Bernardes afirmou que concordava com a tese. No entanto, o desembargador entendeu que não cabia ao TRE discutir as ações do Legislativo. "A Justiça Eleitoral, em sede de requerimento de registro de candidatura,

não tem competência para discutir o acerto ou o desacerto da decisão dos senadores da República", justificou.

Dilma lidera a corrida para o Senado com 28%, segundo pesquisa do Ibope divulgada ontem. **METRO BH**

18 SET 2018

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Ministros criticam juízes que decidem baseados na moralidade

O voluntarismo de juízes que ambicionam resolver os problemas do mundo via decisão judicial foi o assunto de destaque na manhã de debates do evento organizado pela ConJur, nesta segunda-feira (17/9), sobre os 30 anos da Constituição.

O ministro João Otávio Noronha, presidente do Superior Tribunal de Justiça,

foi enfático e não se furtou a dar exemplos e nomes. Criticou a ministra aposentada do STJ Eliane Calmon, as decisões do juiz federal Marcelo Bretas e Fernando Fischer, o Supremo Tribunal Federal e o sentimento de heroísmo que atinge membros do Ministério Público.

Noronha ressaltou que a estabilidade e a vitalicie-

dade dos juízes são fatores fundamentais que devem ser preservados. Porém, não são armas das quais o magistrado pode se valer para impor sua visão de mundo.

“Juiz não é combatente de crime nenhum. Se for, assume papel de polícia ou Ministério Público, vira parte do processo e perde independência”, disse.

Condenação por má-fé exige intenção de falsear os fatos

Somente é possível condenar a parte por litigância de má-fé se houver alteração da verdade dos fatos com a intenção de induzir o juiz ao erro. Esse foi o entendimento aplicado pela 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça ao afastar multa imposta pelo Tribunal de Justiça da Bahia ao Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad).

Na ação que deu origem ao recurso especial, o Ecad pedia a suspensão da trans-

missão de músicas nas salas de cinema da Cinemark na Bahia até que fosse providenciada expressa autorização dos autores das obras. O juiz de primeiro grau julgou parcialmente procedente o pedido e determinou a suspensão.

Em recurso ao TJ-BA, a Cinemark alegou que duas ações semelhantes já haviam sido ajuizadas pelo Ecad em São Paulo e no Rio e que as decisões — já transitadas em julgado — reconheceram a improcedência dos pedi-

dos de cobrança de direitos autorais contra a empresa. Com base nessas decisões, a corte baiana considerou já ter havido formação de coisa julgada material sobre o assunto, e negou o pedido do Ecad. Além disso, condenou o escritório a pagar multa por litigância de má-fé.

Ao recorrer ao STJ, o Ecad sustentou que, apesar de existirem outras ações ajuizadas contra a matriz Cinemark, não haveria entre as demandas identidade de causa de pedir e pedido.

18 SET 2018

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

LEANDRO MAZZINI

General no STF

Engana-se quem esquadrinha a ida do general Fernando Azevedo para o gabinete do presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Dias Toffoli, como um aceno às Forças Armadas ou amparo a eventual decisão polêmica. Toffoli sabe onde pisa. Literalmente – e um caso recente justifica o emprego do militar. O ministro teme grampos, escutas e arapongas disfarçados de visitantes na Corte. Até hoje a Secretaria de Segurança do STF e a Polícia Federal não descobriram quem instalou uma escuta ambiental na caixa de cabos de energia, debaixo da mesa do gabinete do ministro Luís Barroso, descoberta já inativa, como revelou a Coluna há dois anos.

Alvo potencial

Há forte suspeita de que o alvo foi o ministro recém-aposentado Joaquim Barbosa, relator do Mensalão do PT, e ocupante antecessor do gabinete de Barroso.

Sem pressa

Não foi por acaso que Dias Toffoli cantou Legião Urbana com ênfase ao trecho “temos nosso próprio tempo” na festa de sua posse.

18 SET 2018

BEMPARANÁ

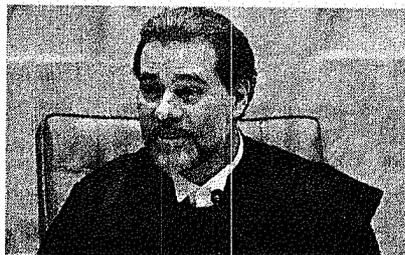
Presidente do STF rebate suspeita de fraude nas urnas

Toffoli contesta Bolsonaro e garante que sistema de votação no Brasil é seguro

O novo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, disse, ontem que as urnas eletrônicas brasileiras “são confiáveis”. “As urnas eletrônicas são totalmente confiáveis. Os sistemas são abertos para auditoragem, a todos os partidos políticos”, afirmou a jornalistas. Em transmissão ao vivo no domingo, o candidato do PSL à Presidência da República, Jair Bolsonaro, disse que as eleições de outubro podem resultar em uma “fraude” por causa da ausência do voto impresso.

“A grande preocupação realmente não é perder no voto, é perder na fraude. Então essa possibilidade de fraude no segundo turno, talvez até no primeiro, é concreta”, declarou Bolsonaro, que lidera as pesquisas de intenção de voto para o primeiro turno e vê risco de derrota em cenários de segundo turno.

Em junho deste ano, por 8 a 2, o STF derrubou a adoção do voto impresso nas próximas eleições. O uso do voto



Dias Toffoli: “Acreditam em Saci”

impresso para as eleições deste ano havia sido aprovado pelo Congresso Nacional em 2015, na minirreforma eleitoral. Ao falar das eleições presidenciais de 2014, Toffoli lembrou que o então candidato do PSDB à Presidência, Aécio Neves, pediu uma auditoria nas urnas após ser derrotado por uma pequena margem de votos para Dilma Rousseff (PT).

“Geralmente os que perdem a eleição reclamam. O então senador Aécio Neves perdeu a eleição porque não teve votos em Minas Gerais. Por que as

urnas estariam dando votos pra ele em São Paulo, e não em Minas Gerais, se o sistema era o mesmo? Não tem absolutamente sentido”, comentou Toffoli. Toffoli ainda destacou que Bolsonaro “sempre foi eleito através da urna eletrônica”.

Saci - O novo presidente do STF ironizou as críticas feitas à segurança das urnas eletrônicas. “Tem gente que acredita em Saci Pererê”, comentou Toffoli, em referência ao famoso personagem do folclore nacional. “Os sistemas são abertos para auditoragem a todos os partidos políticos”, ressaltou o ministro. Um ministro do TSE ouvido reservadamente destacou que “evidentemente” a urna é segura e observou inclusive que Bolsonaro já se elegeu várias vezes com base em votos computados no sistema. Um segundo ministro da Corte acredita que a lisura do pleito já é bem reconhecida por todos e considerou a declaração de Bolsonaro “infeliz, mas nada além disso”.

18 SET 2018

BEMPARANÁ

Abandonado por Cida, Beto Richa insiste em candidatura

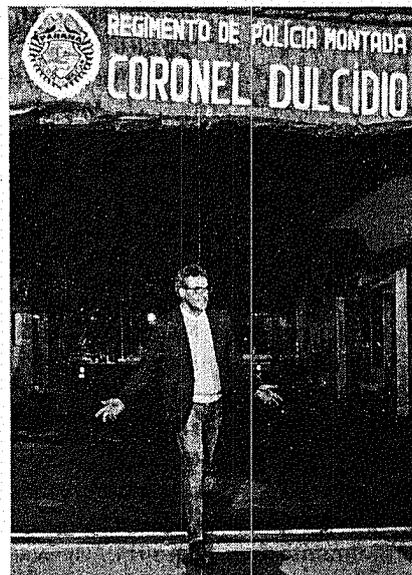
Coligação aprova afastamento de tucano, que diz não haver amparo legal para isso

Narley Resende

A coligação da governadora e candidata à reeleição, Cida Borghetti (PP), aprovou ontem o "afastamento" do ex-governador Beto Richa (PSDB), da candidatura ao Senado, em uma tentativa de evitar o desgaste pela prisão do tucano na operação Rádio Patrulha, que investiga fraude em licitações para obras em estradas rurais. A decisão foi tomada depois que Richa resolveu ignorar o pedido de Cida para renunciar à disputa. O ex-governador diz que vai retomar a campanha.

Uma reunião com representantes dos oito partidos que compõem a coligação (PP/PSDB/PSB/PTB/DEM/PROS/PMN e PMB) foi realizada ontem à noite e os integrantes concluíram que a melhor saída para o impasse seria isolar Richa. "A coligação Paraná Decide analisou e aprovou por maioria o pedido da governadora Cida Borghetti (PP) para o afastamento do candidato ao Senado, Beto Richa (PSDB), da chapa. A determinação foi repassada ao departamento jurídico para que formalize o pedido ao TRE", afirmou a coligação em nota.

Os efeitos da decisão, porém, são controversos, já que a legislação prevê mudança na chapa apenas em caso de morte, renúncia ou expulsão do partido. "Nenhuma das hipóteses é real, tanto que o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) restabeleceu nesta segunda-feira, dia 17, a participação de Beto Richa na propaganda eleitoral gratuita", diz uma nota oficial de Richa, divulgada ontem à noite. "Não há



Geraldo Bubniak

Beto Richa: impasse jurídico

amparo legal para o afastamento (...) conforme suscita o pedido feito pela governadora Cida Borghetti".

Enquanto Richa ainda estava na prisão no Regimento da Polícia Montada, no bairro Tarumã, em Curitiba, a coligação já havia ocupado o espaço do tucano na propaganda eleitoral com programa do outro candidato ao Senado na chapa, deputado federal Alex Canziani (PTB). "Hoje já não passou de novo e não vai ter à noite. A situação dele é muito difícil. Acho que não (tem como expulsar ele da chapa), acho que ele tem que decidir", disse Canziani.

A assessoria de Richa informou que ele passou o dia de ontem gravando o programa eleitoral. À noite, o ex-governador apareceu no horário eleitoral e comentou a prisão. "Fomos presos

sem nem sermos ouvidos. Fui vítima do estado policial que alguns querem implantar no Paraná", queixou-se.

Impasse - A decisão da chapa pode gerar impasse jurídico, de acordo com a advogada Carla Karpstein, presidente da Comissão de Direito Eleitoral da Ordem dos Advogados do Brasil Seção Paraná (OAB-PR). "Quando os partidos coligam, eles passam a agir como um só, é o que diz a lei. Se a maioria decidiu expulsar ele (Richa) da coligação, deve haver uma discussão jurídica no tribunal. Não existe previsão clara na lei. Entendo que é difícil cassar (a candidatura de Richa)", avalia a advogada que atua na campanha de Cida.

"Estou solicitando aos partidos da coligação a retirada da indicação de Beto Richa ao Senado para que ele possa se dedicar à sua defesa (...). Já estou solicitando à coligação e partidos aliados que ele possa refletir e retirar sua candidatura", disse Cida ontem.

O prazo para que a Justiça Eleitoral confirmasse ou barrasse as candidaturas de todo o País terminou ontem. Também foi o último dia para que os partidos substituíssem nomes dentro das chapas. O rompimento remonta a crise na chapa ocorrida no fim de julho, quando o principal articulador da campanha de Cida, deputado Ricardo Barros (PP), marido da governadora, sugeriu que Richa lançaria candidatura avulsa, em "apoio branco" ao candidato ao governo Ratinho Junior (PSD), o que foi negado por Richa e Ratinho Jr.

18 SET 2018

BEMPARANÁ

Cida Borghetti demite contador da família Richa

Dirceu Pupo, preso na operação Rádio Patrulha, tinha cargo na Copel

Narley Resende

A governadora Cida Borghetti (PP), candidata à reeleição, mandou demitir o contador Dirceu Pupo Ferreira do Conselho de Administração da Elejor, empresa de energia com participação da Copel. Contador e administrador de assuntos imobiliários da família do ex-governador Beto Richa (PSDB), Dirceu Pupo foi destituído na assembleia da empresa realizada ontem. Ele havia sido indicado para a Elejor por Richa em abril do ano passado. Pupo foi um dos 14 presos feitos pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) na Operação Rádio Patrulha.

No interrogatório a que foi submetida pelos promotores, a ex-secretária e ex-primeira-dama Fernanda Richa, - que também cumpria prisão temporária - disse não ter conhecimento de ocultação de dinheiro em negócios imobiliários de suas empre-



Cida: contador indicado pela Elejor

sas e que todos os processos administrativos eram de responsabilidade de Pupo. Fernanda Richa é investigada por lavagem de dinheiro em razão dessa operação imobiliária, que teria sido comandada por Pupo.

Pupo é também suspeito de tentar atrapalhar as investigações de corrupção, fraudes em licitações e lavagem de dinheiro que levaram o ex-governador e candidato ao Senado pelo PSDB à prisão na última semana, junto com familiares e aliados. Todos foram soltos entre sexta-feira e sábado, por

ordem do ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

O procurador Leonir Batisti, coordenador do Gaeco, afirmou no sábado que uma possível testemunha, um corretor de imóveis, foi procurado por Pupo, ciente de que uma investigação estaria ocorrendo, para que ele não contasse a verdade sobre um pagamento de R\$ 1,4 milhão em dinheiro envolvendo salas de um edifício comercial em Curitiba.

Imagens do sistema de segurança do prédio de número 417, na Rua Carlos de Carvalho, em Curitiba, registram encontro de Pupo - identificado como um "faz tudo" do ex-governador que representa formalmente a família nos negócios - com o corretor de imóveis Augusto Albertini, no último dia 8 de agosto, o que, segundo o MP, corrobora com depoimentos e provas colhidas na operação para a tese de que houve tentativa de atrapalhar as investigações.

Coligação aprova afastamento da candidatura de Richa

Ex-governador fez programa eleitoral protestando contra a prisão

Reprodução



A coligação Paraná Decide, encabeçada pela candidata à reeleição Cida Borghetti (PP), aprovou o afastamento da candidatura de Beto Richa (PSDB) ao Senado. Em nota enviada à imprensa no começo da noite de ontem (17), o grupo informou que analisou e aprovou por maioria o pedido da governadora para a retirada do tucano da chapa. "A determinação foi repassada ao departamento jurídico para que formalize o pedido ao TRE [Tribunal Regional Eleitoral]", informa a nota.

No programa eleitoral de ontem à noite, Richa apareceu protestando contra a sua prisão e de sua família. Segundo o ex-governador, a operação teve o objetivo de destruir a sua campanha ao Sena-



Beto apareceu no horário eleitoral para se defender das acusações

do e de forma mais ampla a sua carreira política. No entanto, Richa não deixou claro quem teria o interesse na sua destruição

A decisão da chapa deve gerar impasse jurídico, de acordo com a advogada Carla Karpstein,

presidente da Comissão de Direito Eleitoral da Ordem dos Advogados do Brasil Seção Paraná (OAB-PR). "Quando os partidos coligam, eles passam a agir como um só, é o que diz a lei. Se a maioria decidiu expulsar

ele (Richa) da coligação, deve haver uma discussão jurídica no tribunal. Não existe previsão clara na lei. Entendo que é difícil cassar (a candidatura de Richa)", avalia a advogada que atua na campanha de Cida. ■

PROVAS DA DELAÇÃO

O juiz Fernando Fischer, da 13ª Vara Criminal de Curitiba, determinou que o ex-deputado Tony Garcia, delator da Operação Rádio Patrulha, entregue em 24 horas os aparelhos que utilizou para gravar conversas anexadas ao acordo de delação premiada homologado em agosto. O magistrado atendeu pedido da defesa do ex-secretário de Infraestrutura Pepe Richa, irmão do ex-governador Beto Richa (PSDB). Na decisão, o juiz afirmou que é necessário preservar os dispositivos.

DINHEIRO BLOQUEADO

Semana passada, Sergio Moro determinou o sequestro de bens dos investigados na Operação Piloto de R\$ 50 milhões, valor apontado como ganhos ilícitos e vantagens indevidas. O Banco Central não encontrou lá grande coisa nas contas. Por exemplo, foi determinado bloqueio de R\$ 10 milhões da conta de Denilson Roldo, mas não tinha nada além de R\$ 15.387,30 em suas contas. Considerando pessoas físicas e jurídicas, o bloqueio total alcançou R\$ 304.763,07.

CONSELHEIRO DEMITIDO

A governadora Cida Borghetti (PP), candidata à reeleição, mandou demitir o contador Dirceu Pupo Ferreira do Conselho de Administração da Elejor, empresa de energia com participação da Copel. Contador e administrador de assuntos imobiliários da família do ex-governador Beto Richa (PSDB), Dirceu Pupo foi destituído na assembleia da empresa realizada nesta segunda. Ele havia sido indicado para a Elejor por Richa em abril do ano passado. Pupo foi um dos 15 presos pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) na Operação Rádio Patrulha no dia 11 de setembro.

JORNAL DO ÔNIBUS 18 SET 2018

Toffoli contesta suspeita de fraude nas urnas

Presidente do Supremo disse que sistema é "totalmente confiável"

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, disse ontem que as urnas eletrônicas são "totalmente confiáveis" e que o candidato a presidente pelo PSL, Jair Bolsonaro, "sempre foi eleito" por meio desse equipamento. No domingo (16), em transmissão ao vivo pelas redes sociais, Bolsonaro afirmou que a possibilidade de perder a eleição "na fraude" para o candidato do PT, Fernando Haddad, é "concreta".

"O PT descobriu o caminho para o poder, o voto eletrônico", afirmou Bolsonaro. Como deputado, ele é autor de uma lei aprovada pelo Congresso que prevê a impressão de um comprovante do voto para eventual conferência pela Justiça Eleitoral. A proposta foi derrubada neste ano pelo próprio STF.

"Os sistemas são abertos à auditoria para todos os partidos políticos seis meses antes da eleição. Também para Ministério Público e para a OAB", afirmou o ministro. Diante da insistência para que comentasse as declarações de Bolsonaro, disse: "Digo apenas e tão somente que ele [Bolsonaro] sempre foi eleito através da urna eletrônica. Tem gente que acredita em Saci Pererê". ■